

## **A concepção e perspectiva da agroecologia dos dirigentes estadual do Espírito Santo e nacional do setor de Produção Cooperação e Meio Ambiente do MST**

*Design and perspective of agroecology of state from Espírito Santo and national leaders from the sector of Production Cooperation and Environment from MST*

TSUKAHARA, R. T.<sup>1</sup>; RIBAS C. E. D. C.<sup>2</sup>

### **Resumo**

O trabalho propõe verificar a concepção, os limites e as potencialidades em relação à Agroecologia nos assentamentos de reforma agrária na visão dos dirigentes do MST do Espírito Santo e nacional. Podemos concluir que possuem entendimento crítico do desenvolvimento da agricultura no Brasil e os efeitos nefastos ao meio ambiente e à saúde humana, conhecem a Agroecologia, afirmam que é possível a produção agroecológica, com as devidas cautelas necessárias para a mudança de qualquer paradigma, pelo fato de ser uma construção do novo dentro do velho. Não há ainda uma definição teórica sobre a agroecologia no MST, porém têm convicção do que não se deseja para a agricultura, ao meio rural e para a sociedade, fomentado pelo Agronegócio. A agroecologia é considerada auxiliar na luta pela reforma agrária sendo muito importante para o acúmulo de forças das organizações populares através de uma nova relação com o meio ambiente, renda e qualidade de vida e que proporcione a resistência dos camponeses assentados. Afirmam que houve avanços significativos no interior do MST e deve ser um tema transversal, na metodologia de massificação que deve ser lenta, gradual e segura, levando em consideração: a resposta econômica; as condições materiais locais; a cooperação agrícola; e a qualificação de quadros políticos e técnicos.

**Palavras-chave:** agroecologia; assentamentos rurais; mst.

### **Abstract**

This study proposes verifying the design, the limits and potentials in relation to agroecology in agrarian reform settlements in the vision of the leaders of the MST of Espírito Santo and nationally. We could conclude that the leaders possess critical understanding of the development of agriculture in Brazil and the adverse effects on the environment and human health, they know about agroecology, they say it is possible there be agroecological production, with caution required for any change of paradigm, because it is a construction of the new into the old. There is still a theoretical definition of agroecology in MST, but they have the conviction about what they do not want for agriculture, rural areas and society, promoted by agribusiness. Agroecology is considered to assist in the struggle for agrarian reform, it is very important for the accumulation of forces of popular organizations through a new relationship with the environment, income and quality of life and provides resistance peasant. They argue that there were significant advances within the MST and should be a cross-cutting theme in the methodology of mass that must be slow, gradual and safe, taking into account: the economic answer; conditions local materials, agricultural cooperation, and the qualification of political and technical.

**Key words:** agroecology; rural settlements; mst.

---

1 Roberto Toshio Tsukahara, MSc em Agroecossistemas- Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, correio eletrônico: toshioes@hotmail.com

2 Clarilton Edzard Davoine Cardoso Ribas Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas/UFSC, coordenador do LECERA-Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária.

## Introdução

A partir dos anos 60/70 do século XX ocorreu no país a introdução da chamada Revolução Verde na agricultura, fundamentada no aumento da produção agropecuária através da utilização de insumos industriais, pela intensificação da mecanização agrícola, uso de produtos de síntese química derivados do petróleo e manipulações genéticas. A implantação deste modelo de produção trouxe resultados nefastos para o meio rural como o êxodo rural, pela contaminação dos solos, água, alimentos.

O governo federal determina a erradicação de cafezais em 1960, para fins de ajuste de mercado e preços. Tais circunstâncias determinaram um declínio econômico do estado capixaba, pois o café possuía grande representatividade na economia estadual.

Assim, a elite espírito-santense preparou a industrialização, mesmo que tardiamente, baseada na siderurgia e a produção de celulose à base de maciços florestais de eucaliptos. Evidentemente, os empresários necessitariam de áreas “liberadas”, para colocar o plano em ação. Condições efetivas para o surgimento dos “sem terra”, excluídos dos processos de “modernização” da economia estadual, contribuindo para o agravamento da estrutura fundiária vigente.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde a sua fundação caracteriza-se por considerar em seu programa uma nova forma de organização da produção em áreas conquistadas e reformadas: a cooperação agrícola<sup>1</sup> e a matriz tecnológica, esforços e elaborações acerca do assunto, denominado de várias maneiras, conforme o momento histórico.

Com o objetivo de verificar a concepção e o entendimento sobre a Agroecologia dos dirigentes do MST, através da coleta de dados realizada em três níveis, regional, estadual e nacional do Setor de produção, cooperação e meio ambiente, quanto aos limites e possibilidades da agroecologia.

O questionário é composto por 15 questões, e estão contidas assertivas sobre a agricultura convencional em termos de produção; produtividade; consequência ao ambiente à saúde humana e à sociedade; as leis ambientais; a questão da água. Finalizando com questão sobre o conhecimento sobre a agroecologia, sua viabilidade e uma pergunta de livre expressão versando sobre os limites para a adoção da agroecologia.

## Agroecologia

Para Pinheiro Machado (2004), a agroecologia está fundamentada na produção de alimentos limpos e de alto valor biológico, um exemplo desta prática seria a maximização da captação da energia solar e a sua transformação para satisfazer as necessidades humanas.

Para Sevilla Gúzman (2002), a agroecologia tem como tarefa essencial, a incorporação do manejo dos recursos naturais calcada nas dimensões econômicas e políticas que se propõem a contestar o modelo hegemônico da agricultura e deve ser ainda, uma alternativa de produção da pequena agricultura, para que esta possa construir a autonomia dos camponeses e a melhoria da sua qualidade de vida. Isso não depende apenas de rentabilidade econômica específica, mas das macropolíticas de desenvolvimento promovidas pelo Estado (VON DER WEID, 1997).

Como apontam Caporal; Costabeber (2002), a dimensão política tem a ver com a participação e a democracia dos próprios grupos sociais para que eles possam protagonizar o seu desenvolvimento.

Costa (1993); Sevilla Gúzman, (2002), completam que a adoção do enfoque da agricultura moderna e da ciência convencional é monofatorial, na qual cada aspecto da produção é vista de forma isolada e

utiliza uma forma de conhecimento atomista, mecânica, universal e monista.

Para Sevilla Gúzman (2002), a agroecologia deverá respeitar a diversidade ecológica e sociocultural, o autor defende uma forma de conhecimento que propugna pela necessidade de gerar um conhecimento holístico, sistêmico, contextualizador, subjetivo e pluralista, nascido a partir das culturas e identidades e do etnoecossistema concreto em que se inserem.

Altieri (1998) entende que, de forma geral, sustentabilidade significa que a atividade econômica deve suprir as necessidades atuais da humanidade sem esgotar os recursos para as gerações futuras; os sistemas de produções que danifiquem o solo, do ponto de vista químico, físico e biológico, são insustentáveis.

A ética da sustentabilidade tem uma elevada hierarquia que afeta os objetivos e os resultados esperados na dimensão ecológica, econômica, social, cultural e política (CAPORAL; COSTABEBER, 2002), mas não deve ser tratada como um sistema de produção como quer o “agronegócio verde”, que na atual conjuntura vem trazendo em seus produtos o “selo” social e ambiental para a conquista de novos mercados.

Assim, a agroecologia não é apenas a aplicação de um conjunto de técnicas menos agressivas ao meio ambiente, nem apenas a produção de alimentos mais limpos ou livres de agrotóxicos, mas sim um campo de conhecimentos de caráter multidisciplinar (EMMANUELA, 2006), no qual é ainda determinante a necessidade da aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e no manejo de agroecossistemas sustentáveis.

No que diz respeito a elementos técnicos para uma estratégia agroecológica, consideram a preservação e ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas como o primeiro princípio para produzir auto regulação e sustentabilidade, o autor relaciona a conservação e regeneração dos recursos naturais, o manejo dos recursos produtivos como a diversificação dos cultivos silvestres e animais, a reciclagem de nutrientes e de matéria orgânica, a regulação biótica para possibilitar a proteção de cultivos e a implementação destes elementos orientadas por uma concepção holística, incorporando elementos de manejo tradicional de recursos (ALTIERI, 1998; GLIESSMAN, 2005; REIJNTJES, 1994).

Outro preceito fundamental para o funcionamento do sistema agroecológico seria a integração animal-vegetal pela complementaridade dos produtos, por exemplo, do esterco, que é considerado componente básico para a produção de composto e que possibilita uma atividade equilibrada que protege o ambiente, e ajuda-o a se manter e viabilizar-se economicamente (PINHEIRO MACHADO, 2004).

Ainda Pinheiro Machado (2004), propõe um novo modelo de pirâmide da produção na qual, da base para o topo estão: sanidade, alimentação, instalação, manejo e genética envoltos numa atmosfera etológica de respeito ao bem estar animal, contariam, ainda, os fatores de mercado e a administração que influenciariam diretamente no equilíbrio deste modelo, sendo o mercado o regulador final.

### **Agroecologização do MST**

Desde a data de fundação do Movimento dos Sem Terra existem proposições voltadas a uma agricultura adequada às condições dos assentamentos e vinculadas às questões sociais, culturais, econômicas e políticas, baseadas nos conhecimentos tradicionais empíricos e científicos: uma agricultura diferente, crítica, contestatória e de negação da *Revolução Verde*, que, neste padrão é a grande responsável pela recente situação do campesinato no que diz respeito ao desenvolvimento e um bem estar

da sociedade e que não é mais somente voltado para lucro de meia dúzia de empresas multinacionais (MST, 1995).

O Movimento, em 1993, determina nos *Cadernos de Cooperação n°1*, a construção de um novo modelo tecnológico que deveria responder aos objetivos da classe trabalhadora e estar a serviço dela ao invés de retornar ao passado (CONCRAB, 1993). No mesmo evento, é dada ênfase à conservação e à recuperação racional do solo e dos demais recursos naturais: se torna necessidade urgente o combate à erosão, o uso de adubação orgânica, animal e vegetal e o controle biológico de pragas; o MST apontou que, para tanto, deveria se desenvolver pesquisas e técnicas adequadas a cada região, buscando o aumento da produtividade do trabalho e das terras, mas com equilíbrio do meio ambiente e preservação dos recursos naturais (MST, 1995).

Costa Neto; Canavesi (2002) indicam o campo fértil para o desenvolvimento de um projeto agroecológico sustentável e de organizações agrárias alternativas aos padrões dominantes encontrado nos assentamentos do MST, por conta de suas características de estrutura social agrária com base na unidade familiar, num sistema associativo e cooperativado com preocupação ecológico-ambiental e pela utilização dos métodos participativos nas instâncias que leva em consideração a multidimensionalidade da sustentabilidade na agricultura familiar.

Em 1997, um marco histórico da materialização para a agroecologia no MST, foi a fundação da Bionatur do Projeto de Produção Agroecológica de Sementes, pela Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados Ltda. (COOPERAL), sediada no Rio Grande do Sul.

Por iniciativa da Direção Nacional do MST, em 1999, inicia-se a temática ambiental rumo à agroecologia: a campanha Plantando Seremos Milhões, incentivou as famílias assentadas a plantarem árvores com a mística do enraizamento na terra; as intenções da proposta era a modificação da paisagem e a identificação e aproximação das famílias frente à natureza, bem como a elevação da auto-estima da comunidade em memória aos 19 sem terras, assassinados no Massacre do Eldorado dos Carajás em 1996; ainda com estas premissas, outra campanha foi desenvolvida: o Embelezamento dos Assentamentos previu implantações de jardins, bosques, pomares nas escolas, nas áreas coletivas sociais e nos centros de formação (MST, 1999).

A luta contra os organismos transgênicos também foi marcante, o MST se posicionou contrário à produção de sementes e alimentos geneticamente modificados, já que este criaria uma dependência econômica e tecnológica dos agricultores frente aos detentores da produção dos organismos transgênicos. Ainda por causa destes organismos haveria um grande impacto sobre biodiversidade que afetaria toda a cadeia alimentar e por fim atentaria contra a segurança alimentar (CONCRAB, 1999).

Segundo Borges (2009), no final da década de 1980 o MST adotou o cooperativismo na busca da viabilidade produtiva para a resistência dos assentados, e implementou diretrizes de funcionamento baseadas na coletivização do trabalho e dos meios de produção, tendo na tecnificação e na produção agrícola em larga escala a principal forma de organização, na qual o autor a chama de “produtivista” e explica que, por conta da crise deste modelo, no meado da década de 1990, o MST pôde se aproximar das noções de sustentabilidade.

Enfatiza Luzzi (2007), que a orientação hegemônica internamente no MST, trouxe como conseqüências, problemas sociais e ambientais relacionados ao uso do “pacote tecnológico” da *Revolução Verde*. Em Borges (2009), pode-se constatar com outras palavras, que:

*“Apesar dos esforços do Movimento, o modelo cooperativista entrou em crise, provocado principalmente: pela ofensiva do Estado na desestruturação da política de crédito e criminalização da luta pela terra; pela contradição contida nas práticas agrícolas, dependentes de recursos externos (insumos químicos, equipamentos e máquinas); pela coletivização compulsória nos assentamentos rurais. Esses limites foram cruciais para o esgotamento do cooperativismo do MST. Estas contradições foram essenciais para que o Movimento reavaliasse a matriz tecnológica de produção e a própria organização coletiva do trabalho, que tinha como premissa combater o saber tradicional e construir um novo sujeito para a transformação.” (BORGES, 2009.p. 18).*

Neste período, o MST contribuiu para a criação de Centro de Tecnologias Alternativas e Populares-CETAP<sup>2</sup>, que ainda hoje funciona e que desenvolve atividades de assessoria e acompanhamento em assentamentos (LUZZI, 2007), de onde partiram algumas das mais contundentes iniciativas.

Do fragmento de texto citado acima pode se ter noção da matriz tecnológica e do tipo de cooperação que eram adotados pelo MST e que se esgotou por motivações internas, externas e pelas condições sócio-culturais do sujeito “sem-terra”<sup>3</sup>, Após exaustivas reflexões e com a agroecologização, manteve-se a cooperação em todas as possíveis dimensões como forma superior de organização nos assentamentos sob sua coordenação:

*“O processo de (re) organização desenvolvido pelo MST perpassa, essencialmente, pelo cooperativismo. Isso significa que o Movimento redefine sua matriz tecnológica, incorporando novos princípios orientados fundamentalmente, pela agroecologia”.* (BORGES, 2007. p. 108).

Souza (1999) defende que os ideais de coletivismo por parte de alguns dirigentes são repensados e readequados constantemente, isto vale principalmente para as cooperativas de produção, pois as famílias assentadas desenvolvem diversas formas de cooperação em formas associativas e cooperativas, como uma práxis de resistência à exclusão inerente ao sistema capitalista.

Segundo alguns dos dirigentes do Setor de Produção do MST, um dos fatos relevantes que contribuiu no avanço do debate da agroecologia foi a criação do Projeto Lumiar<sup>4</sup>, a adesão do MST à Via Campesina Internacional<sup>5</sup> e a expansão do MST nas regiões Norte e Nordeste do Brasil: a modernização agrícola referenciado pela Revolução Verde chegara nestas regiões de forma parcial, portanto as bases com características de camponeses tradicionais, pressionaram a direção no sentido da agroecologia (LUZZI, 2007).

Corrêa (2004) considera ainda que, em 1999, alguns dos fatos que influenciaram o tema da agroecologia no MST foram o manifesto lançado pela Via Campesina sobre a biodiversidade (contrária à privatização da biodiversidade e dos recursos naturais), e a liberalização da soja transgênica no Brasil:

*“[...]Essas duas questões trouxeram maior clareza para o MST quanto ao tema da agroecologia e fizeram com que o Movimento buscasse os mecanismos para internalizar o debate e politizar essas questões desde a sua base até o conjunto dos setores e instâncias”* (CORRÊA, 2006).

A Direção Nacional do MST-DN apresentou, numa reunião em 1999, uma carta que continha críticas em relação ao modelo tecnológico atual que relatava algumas experiências pontuais problemáticas que

estavam sem direcionamento nem coordenação. A direção do Movimento não discutia o assunto e a sociedade estava cobrando uma postura do MST, assim determinou-se a criação de uma equipe<sup>6</sup> que pudesse discutir e propor ações a serem debatidas pela DN.

De acordo com a fala de um dos dirigentes, foi a partir deste ponto que a mentalidade dos participantes do Movimento começou a mudar e que começaram a aparecer estratégias alternativas para o modelo de produção até então em vigor (VIGNATTI, 2005).

Embora a discussão sobre a Agroecologia no MST seja antiga, a decisão de ir desenvolvendo um novo sistema de produção nos assentamentos ocorreu no IV Congresso do MST em Brasília, em maio de 2000 (DAL CHIAVON, 2010).

Através do documento intitulado *Os desafios da produção e organicidade do setor*, de 2001, o Setor de Produção se posiciona em relação a uma organicidade e se reestrutura sob um novo nome: Setor de produção, Cooperação e Meio Ambiente-SPCMA, agora dividido por “Frentes”, que melhor funcionariam na divisão das tarefas. Coube à Frente de Meio Ambiente e Pesquisa Agropecuária a modificação da matriz tecnológica nos assentamentos (CONCRAB, 2001) A partir de 2002, consolida-se o debate ambiental no MST (VIGNATTI, 2005).

Iniciam-se, desta maneira, ações em parcerias com ONGs em níveis nacional e estadual, ações estas que tornam-se práticas freqüentes, desde 2003, posto que fazem parte da Articulação Nacional de Agroecologia-ANA<sup>7</sup> em todo país (LUZZI, 2007).

No Fórum Social Mundial, em janeiro de 2003, é lançada a campanha “As sementes são um patrimônio da humanidade”, que se preocupou com o resgate, a multiplicação e o uso de sementes e variedades crioulas, animais e vegetais.

Em 2005, o MST põe em pauta o *Plano Nacional de Florestas em Áreas de Reforma Agrária do Brasil*, cujo objetivo era inserir e viabilizar o manejo florestal e seus produtos nos territórios reformados, bem como fortalecer o desenvolvimento sócio-econômico e ambiental (CONCRAB, 2005).

O MST possui, em sua plataforma política de mudança da sociedade e do atual modelo agrícola hegemônico, a agroecologia como uma de suas ações implementadas. E é considerado o primeiro movimento de massas a assumir a agroecologia (MST, 2005).

Mais recentemente, no V Congresso Nacional do MST, realizado em julho de 2007, reafirmam-se os seguintes compromissos na área ambiental: defesa das sementes crioulas; luta contra os produtos transgênicos; produção agroecológica para o mercado interno; defesa das nascentes e fontes de água doce como pertencentes à humanidade; plantio de árvores frutíferas e nativas; preservação das matas e do meio ambiente e luta contra o aquecimento global (MST, 2007).

Borges (2009) considera que a transição agroecológica rompe barreiras rumo à sustentabilidade no meio rural; o MST vem reforçando os esforços para que a agroecologia seja o principal enfoque de desenvolvimento nos assentamentos rurais, ainda afirma que é preciso manter as críticas ao agronegócio<sup>8</sup> e suas tecnologias, como os transgênicos e os agrotóxicos, em ações políticas em conjunto com a Via Campesina Internacional.

Ribas, Almeida e Korosue (2009), mencionam a necessidade de apropriação e estímulo à adoção da Agroecologia como nova matrizes tecnológicas no seio do MST. Concebem três frentes de difusão, quais sejam: a) Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAS)<sup>9</sup>; b) Rede de Pesquisa em Agroecologia<sup>2</sup>; e c) Programa de Formação Técnica, considerado pelos autores como o de maior dimensão, com organização de dezenas de cursos profissionalizantes com enfoque na Agroecologia.

Dentre estes está o Curso de Especialização em Agroecologia, financiado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, promovido pela UFSC, desenvolvido pelo Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária – LECERA o Departamento de Zootecnia e o MST) que:

*“Objetiva a formação dos próprios técnicos do MST comprometidos com a Reforma Agrária e a Agroecologia, na perspectiva de atuação em longo prazo nas áreas de assentamentos, utilizando metodologias adequadas e dinamizando a sustentabilidade nesses espaços.” (RIBAS; ALMEIDA; KOROSUE, 2009. p. 3).*

Mello (2006) afirma que, os cursos formais promovidos pelo MST motivam e proporciona a coesão social e a renovação das utopias e dos sonhos de vida. O autor alerta ainda que sem a formação na sua mais ampla concepção, a compreensão, significado e o sentido da luta pela terra e por transformação da realidade se tornam quase impossíveis.

São 35 turmas em onze cursos diferentes, desde o nível médio até a pós-graduação, contando com mais de 2.000 educandos. Alguns iniciaram as atividades com enfoque agroecológico e outros, apesar de terem iniciado sem esta perspectiva, estão adotando a agroecologia.

#### A Agroecologia na perspectiva da direção do MST

Organizaremos as análises e considerações acerca das respostas às questões por ordem: as opiniões da Direção Nacional-DN, Regional-DR do SPCMA e por fim aos coordenadores de assentamentos-CA, somente para facilitarmos a exposição.

Na questão de abertura pergunta-se a concepção de Agroecologia. Para a Direção Nacional (DN), há uma preocupação com a produção alimentar, em respeito ao meio ambiente, sintonia com outros seres vivos e a natureza, no local (ecossistemas), otimização dos recursos, necessidade do conhecimento científico aliado aos conhecimentos históricos, empíricos, envolve as questões sociais, econômicas e políticas.

A posição da DN é marcadamente contestatória do modelo agroquímico, seu discurso embute como método de análise a dialética ao pensar a história e a sociedade. Um dos entrevistados considera que no socialismo haverá absoluto respeito ao meio ambiente e os valores solidários, onde a cooperação deverá estar presente.

*“A agroecologia consiste em uma forma de organizar a produção na agricultura, de forma a assegurar a produção de alimentos e matérias-primas para o conjunto da sociedade sem que ocorra um comprometimento das bases de manutenção da vida no nosso planeta. Portanto a agroecologia pressupõe a reorganização do meio rural numa perspectiva de maior cooperação e solidariedade, e de superação das formas de exploração e opressão, de classe, de gênero, e generacional. E a agroecologia deve ser a base para a instauração de um modo de bem viver no meio rural, em que as pessoas possam ter perspectivas de futuro melhor, sem comprometer esse mesmo direito das gerações futuras.” (Dirigente I, entrevista 2010).*

Verifica-se nos relatos a visão da totalidade, em todas as dimensões do conhecimento humano, o

acúmulo histórico e o respeito ao conhecimento empírico e inclusive em relação com outros seres vivos, e a preocupação com os aspectos políticos e organizativos, como valores humanistas e solidários que pressupõe uma organização que tem em seu programa estratégico a superação desta organização sócia econômica e construção de uma nova sociedade:

[...] “o socialismo que terá como princípio o absoluto respeito ao meio ambiente cultivando os valores da solidariedade e a cooperação” (Dirigente C, entrevista, 2010). e como o método de análise a dialética”.

[...] “A emergência do novo se dá por dentro do velho.” (Dirigente I, entrevista 2010)

Relativo à pergunta sobre a possibilidade da produção agroecológica massificada no atual sistema econômico, ou estarão condenados a “ilhas produtivas” ou se temos reais possibilidades de implementar pólos produtivos sustentáveis.

A grande maioria é unânime em afirmar que é impossível, a massificação da produção, poderia se ampliar a produção e consumo, porém a substituição total não será possível, se antes não houver uma mudança geopolítica, cultural, social e econômica.

Ainda que a Agroecologia no atual modelo sirva para o acúmulo de força, preparando a base para o futuro modo de produção baseado na Agroecologia, única resposta indicando a possibilidade desde que haja: os elementos científicos e tecnológicos; organizativos - milhões de camponeses devam ser convencidos e econômicos - redução de custos, aumento da produtividade do ecossistema e iniciativas organizativas cooperativadas.

Um dos entrevistados (DR) menciona que as tais “ilhas” serão iniciativas que serão representação do acúmulo de forças no campo ideológico, técnico e produtivo.

Na aceção sobre a visão economicista sobre a agroecologia nos assentamentos, todos afirmaram que não, pois a própria luta pela reforma agrária no Brasil, pela democratização da terra, resistência, autonomia, vivenciada pelos assentados já desconsidera esta afirmação, possui sim um caráter econômico e não economicista.

Muitas vezes é uma estratégia de sobrevivência e a formação política e ideológica realizada nos assentamentos como afirma um dos dirigentes, faz parte da superação destes vícios, um dos entrevistados considera que há, porém é marginal, o DR explicita que há esta tendência no estado, por estratégias mal formuladas.

Já em nível de DN há a explicitação de não haver este comportamento, considerando o ágio recebido e ou acréscimo de renda, como um mecanismo de sobrevivência e de resistência, podemos supor que pelo entendimento maior da reforma agrária e das lutas que o Movimento proporciona para a melhoria da qualidade de vida dos camponeses o aumento de renda faça parte.

E no plano estadual, a DR afirma que há provavelmente pelas experiências vividas a do retorno à agricultura convencional, afirmam que há a tendência do comportamento economicista.

Pois no estado do Espírito Santo há um conhecimento coletivo acumulado, de que adotando o pacote tecnológico do Agronegócio mesmo que parcialmente, há um movimento financeiro, principalmente no café conillon, que dá um falso entendimento de aumento de renda, não necessariamente renda líquida para os camponeses assentados.

Quando indagada sobre a possível convivência paralelamente entre a Agroecologia e o Agronegócio

como acontece atualmente no Brasil, os respondentes consideram incompatíveis, pois são antagônicos e o Agronegócio quer destruir a Agroecologia sendo parte da estratégia do modo de produção hegemônico.

A defesa do meio ambiente nesse momento histórico tem o objetivo de que o sistema capitalista não destrua e acabe com os recursos naturais para acumular capital. Há na agroecologia uma possibilidade com imensas limitações, desde que haja uma mudança no padrão alimentar da sociedade via conscientização dos benefícios dos alimentos agroecológicos.

No MST a Agroecologia é entendida como contraponto ao Agronegócio, já que há a ponderação e uma tendência mundial da formação do “agronegócio verde” ou “ecocapitalismo”, e que com estes haverá concorrência, para os entrevistados é uma impossibilidade ecologizar ou humanizar o capitalismo.

Tendencialmente os consumidores de produtos agroecológicos, são de uma camada superior da sociedade, perguntada se é possível ofertar estes produtos aos trabalhadores.

As respostas indicam que isto somente é possível com intervenção estatal, como os atuais programas institucionais de compra direta com doação promovida pela CONAB, mas de forma mais duradoura somente com a mudança do sistema econômico mundial, pois no atual sistema somente as elites econômicas terão acesso.

No entanto com o processo de certificação participativa de produtos a formação de grupos na busca de uma política de preço justo, cairá o modismo, a Agroecologia no MST só tem sentido para alimentar a população em geral.

Houve o questionamento sobre o fato de haverem certos impasses ambientais provocados pela produção em escala, mesmo na produção do MST, característico do atual sistema econômico, como por exemplo, o leite *longa-vida*, se isto seria uma inevitabilidade necessária?

Todos os respondentes indicam tratar-se de circunstância temporária, considerando que este tipo de embalagem está dentro de um mecanismo de acumulação de capitais, ao mesmo tempo em que a transgenia de sementes está para a produção agrícola.

No futuro a saída será investir em circuitos curtos de comercialização como feiras e evoluir para cooperativas de consumo, sendo necessários estudos e pesquisas para a superação destes tipos de embalagens, em parcerias do Movimento com instituições, somente com uma política pública que possa contemplar o desenvolvimento com respeito ao meio ambiente, ainda a organização geral da sociedade tais como os locais de moradias o padrão de consumo, isto é um novo reordenamento, repensar o papel do Estado e da humanidade.

Agroecologia no Movimento tem a perspectiva de uma “convivência”, mas de resistência e de superação destas contradições que só virão com o tempo e a luta política.

As contradições acerca da prática agroecológica estão a construção do novo dentro do velho sistema de produção, pois o velho se caracteriza pela facilidades de um sistema hegemônico como conhecimento técnico científico, recursos disponíveis e o novo deve ser ainda construído, distante da teoria na prática produz-se pouco, necessário desfazer o mito de que tudo é difícil, também a não criação de territórios reformados, onde predominariam as iniciativas produtivas autônomas na direção a agroecologia. O DR cita que:

[...] “A contradição principal está em defender a agroecologia como projeto de vida, mas não conseguir implementá-la como base tecnológica. Ou quando consegue implementar não viabiliza

*economicamente as famílias.*” (Dirigente Z, entrevista 2010).

[...] *“Muitos acham bonito, defendem mais ninguém quer praticar, pois, são gananciosos pelo lucro.”* (Dirigente M, entrevista 2010).

A DN tende fazer uma análise mais macro e os DR opinam que há uma tendência no Estado de não conseguir priorizar os aspectos econômicos da Agroecologia.

Houve um questionamento se a Agroecologia no MST pode ser considerada como uma tática política para a acumulação de forças, e, em caso positivo porque não se avança e massifica suas práticas.

Segundo os entrevistados, a massificação da Agroecologia não depende só do MST, e sim de acúmulo de força da classe trabalhadora, há a necessidade de construção de territórios reformados com a formação das sociedades camponesas e as mudanças mais profundas na sociedade, e vai mais adiante considera a Agroecologia como estratégico, avançou-se muito, pois antes restrito à ONGs e alguns intelectuais hoje é pauta de muitos movimentos sociais e partidos políticos e no futuro será uma grande luta de amplos setores da sociedade.

Ainda há considerações sobre as políticas internas ao Movimento: ainda não ser consenso entre os dirigentes; falta de clareza e referência de Agroecologia no Movimento, precário acompanhamento técnico e pouco engajamento dos técnicos do MST. Um respondente da DR considera que não, pois a agroecologia constitui num elemento estratégico outro membro considera que sim e o maior entrave encontra-se nos dirigentes.

Questionados sobre o fato de ser a Agroecologia auxiliar na luta pela reforma agrária, no entendimento dos dirigentes é uma luta conjunta, são complementares a luta pela terra e de classe, como sendo alternativa ao Agronegócio, com produção de alimentos saudáveis, possibilita atrelar retorno econômico, fortalece o processo organizativo dos assentados com preservação ambiental, valoriza a cultura e a identidade camponesa, permite a resistência, melhora a qualidade de vida da sociedade, possibilita dar legitimidade a causa da reforma agrária.

*“A Agroecologia nos moldes como nós pensamos, articulada com a agricultura camponesa, com manutenção de povo no campo, só é viável com a reforma agrária e é uma ferramenta fundamental para a sobrevivência das pequenas unidades produtivas no capitalismo.”* (Dirigente I entrevista 2010).

Um dos respondentes da DR considera que não, é ao contrário, que a luta pela reforma agrária tem mais a contribuir com a agroecologia.

Cooperação e Agroecologia na visão dos dirigentes estão intimamente relacionadas, não há Agroecologia sem cooperação numa perspectiva popular transformadora, na organização de grupos, comercialização, formação, na certificação participativa sem a qual não haverá desenvolvimento social, a fala do dirigente C resume o pensamento dos dirigentes do Movimento:

*“A cooperação é uma necessidade para organizar a produção agrícola e por ela estar vinculada naturalmente as práticas agrícolas se torna uma prática inseparável. A luta de classe, a luta pela terra e reforma agrária e as lutas contra o atual modelo tecnológico do agronegócio, tendo como a grande*

*estratégia a construção do socialismo, são de todas as formas, inseparáveis de luta política da classe trabalhadora.” (Dirigente C, entrevista 2010).*

O DR acredita que dependendo do nível de desenvolvimento da produção e das pessoas, reunirá maiores condições nos processos agroindustriais.

Para a realização do trânsito para a agroecologia pergunta-se seria a melhor opção a transição (técnicas e insumos externos ou internos de baixo impacto) ou ruptura (rompimento com as mentalidades convencionais de agricultura). Para um dos dirigentes politicamente e a escolha dos rumos há a necessidade de ruptura, o rompimento com a lógica do capital e a construção do novo é considerado difícil e uma transição lenta, gradual e segura sob o risco de perder amplas partes da base.

Apostar na formação de maior número de camponeses, técnicos e dirigentes, criação em todos os assentamentos referenciais de produção orgânica, primeiro para o autoconsumo alimentar.

Na parte técnica de mudança tecnológica segue os processos de transição para a Agroecologia, já consagrados, tais como iniciar em pequenas áreas, mudança gradativa de insumos, melhorando gradativamente o sistema, conjuntamente com a capacitação dos assentados.

Combinar a ruptura radical no plano ideológico combinando com certo gradualismo prático, dependendo do estágio em relação à compreensão avançada da complexidade deste tema.

Ao papel que cabe ao SPCMA e do MST, a maior responsabilidade cabe ao SPCMA, a organização da capacitação, cooperativas, associação, agroindústrias e comercialização para que essas ações possam somar na construção da Agroecologia, disseminação de conhecimentos agroecológicos, apoio aos assentados no processo, pois sozinhos não irão encontrar a saída, realizar na prática e ser referência para os assentados, considera DR.

Relativo às limitações para o avanço da Agroecologia no seio do MST e nos assentamentos de sua coordenação, os posicionamentos vinculam às políticas públicas para a área, como as pesquisas, formação e em infra-estrutura, dificuldade de dedicação ao assunto, por sobrecarga de atividades e poucas pessoas internas para a realização dos debates sobre o assunto.

Num sentido mais macro relatam a disputa ideológica com o modelo agrícola dominante, pois são os mesmos limite impostos à reforma agrária no Brasil, condicionadas à correlações de forças existente no campo. DR pondera há clareza estratégica, mas como fazer ainda não se sabe, levando as posições extremas e os mitos criados e o imediatismo econômico (lucro rápido).

Nas potencialidades temos a organização nacional e relações internacionais dos camponeses na luta pela terra e reforma agrária. Na fala de um dirigente:

*[...] “territórios ocupados, certo controle político, temos bandeira unificada, a agroecologia está na estratégia, temos necessidades a serem superados os impasses para os quais o outro modelo não oferece solução. Método organizativo e divisão da terra, possibilitando ações concretas focando mais nos resultados concretos, para poder servir de referência para outras organizações e para a sociedade e a perspectiva de realização de alianças com demais forças populares.” (Dirigente A, entrevista 2010).*

Ecoa mais uma vez a clareza e que não deixa dúvidas em relação aos malefícios da Revolução Verde, sendo a condição básica da formação dos sem-terras e o papel tático da ocupações de territórios a

unidade política do MST e o acúmulo de forças baseado na materialidade e a concretude das experiências agroecológicas.

### **Conclusões**

Pelos dados coletados indicam que as ponderações dos dirigentes do MST, e de outras fontes secundárias, indicando a Agroecologia como auxiliar na luta pela reforma agrária e sem perder em vista a cooperação agrícola, a Agroecologia torna-se um paradigma para a transformação social em busca de uma nova perspectiva para os assentamentos de todo o país.

Sem perder a perspectiva da cooperação agrícola como um dos instrumentos mais adequados para a otimização dos diversos aspectos como: cultural, econômico, social e político, na busca da consolidação de valores humanistas e solidários, numa perspectiva emancipatória.

Com base na constatação da percepção ambiental das famílias dos dirigentes do MST podemos afirmar que há uma consonância dentre o discurso dos dirigentes e o desejo da base e que desta maneira potencializará o necessário controle social e coletivo do trânsito, para que as famílias assentadas se apropriem do processo e busquem a sua auto-organização em alianças com outras organizações populares do campo e da cidade, na busca de um modelo de desenvolvimento rural, calcado nos princípios da Agroecologia.

Como afirmam os dirigentes, o novo surgirá dentro do velho, superando-o, e a construção da Agroecologia será obra do processo histórico da luta da classe trabalhadora e no MST está em processo de construção e é natural a existência das contradições que são próprias de sua consolidação.

A necessária capacitação e formação de quadros técnicos e políticos, para a mediação e assessoria às famílias assentadas, na realização do processo de transição do modelo hegemônico, representado pela “revolução verde” e a “modernização conservadora” para a Agroecologia.

Agroecologia deve estar à serviço das estratégias políticas das organizações sociais populares do campo, pois a produção de alimentos limpos em respeito à natureza é nesse momento histórico, um instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida das famílias.

A Agroecologia é um precioso instrumento para a disputa ideológica na sociedade, através da produção em áreas e territórios reformados e de pequenos agricultores, alimentos de alto valor biológico, em respeito à natureza e de contestação ao modelo de desenvolvimento hegemônico da agricultura brasileira.

### **Notas**

1 De forma geral, as cooperativas agrícolas seguem duas tendências distintas: por um lado, essas cooperativas, tendo como proposta “modernizar” ou industrializar’ o campo passam a desempenhar a função de veículo de desenvolvimento do setor primário como um tipo de empreendimento econômico capaz de realizar a expropriação dos pequenos agricultores ao mesmo tempo em que os mantém no mercado, não permitindo a sua destruição (elemento estratégico do modo de produção capitalista). Sendo assim, o cooperativismo agrícola traz o desenvolvimento do capitalismo no campo não apenas como um processo exclusivo de proletarianização ou assalariamento crescente de trabalhadores, mas também como processo de subordinação crescente de pequenos agricultores ao capital industrial e financeiro. Esse tipo de cooperativa é vista como uma sociedade de capital e não de pessoas. Por outro lado, cooperativas de

produção agropecuárias - CPAs, como as idealizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, possuem em sua constituição princípios e inspiração socialista no qual o fator econômico não é visto somente como um fim, mas também como um meio para a sobrevivência da cooperativa num mercado que na sua maioria é capitalista-na sua maioria, pois existem os nichos de mercado para determinados consumidores exigentes por qualidade e preço que valorizam o esforço de uma produção coletiva, de um movimento social - estes são os mercados solidários. (VAZZOLER; EID, 2004. p. 1)

2 CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas e Populares) foi constituído pelo MST em 1986, em conjunto com outras organizações do campo, com sede no RS.

3 *“O tamanho dos lotes recebidos é pequeno, a terra nunca é de boa qualidade, os agricultores assentados iniciam completamente descapitalizados, vários deles são desprovidos também do mínimo know-how profissional por terem deixado há tempo as atividades agrícolas, muitos assentamentos estão com fortes dificuldades de acesso aos canais de comercialização, não têm infra-estruturas adequadas para os serviços fundamentais da saúde e educação, etc. etc. A lista da “precariedade” pode ser mais extensa, mas estaríamos só repetindo o que numerosos estudos (até verdadeiros Censos) já realizados em praticamente todos os estados têm mostrado sobre as dimensões econômicas e sociais dos assentamentos rurais”* (Giuliani, 1998. p. 2).

4 Projeto de assistência técnica organizado pelo INCRA para atendimento em assentamentos de reforma agrária, teve duração de 1997 a 2002.

5 A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. No Brasil fazem parte o MST, a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais-ANMTR, o Movimento Atingido por Barragens-MAB, o Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA, a Pastoral da Juventude Rural-PJR Comissão Pastoral da Terra-CPT e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil-FEAB. Trabalha em eixos de ação: Gremiais, Político, Econômico, Comunicativo, de Gênero, de Capacitação e Tecnológico e tem por temas: soberania alimentar e comércio internacional; luta por reforma agrária e mudanças no campo; gênero, direitos humanos; Agricultura Camponesa Sustentável; biodiversidade, biossegurança e recursos genéticos. (VIA CAMPESINA s/d)

6 Equipe formada com representantes da Direção Nacional, componentes de todas as regiões de atuação do MST, que se reúnem para pensar e elaborar estratégias para a questão ambiental para subsidiar a Direção e a Base, chamada de EMA (MST, 2001).

7 Espaço de convergência de movimentos, redes e organização da sociedade civil de promoção da agroecologia, luta pelo resgate da dívida social no campo, pela democratização do acesso à terra, à água e aos recursos genéticos; pela equidade nas relações de gênero; pelo fortalecimento da produção familiar; pelo desenvolvimento local sustentável; pela geração e apropriação social do conhecimento agroecológico; pela participação ativa das populações na formulação e gestão política. (ANA, 2007)

8 Denominação adotada por fazendeiros, por intelectuais e pela imprensa. Consiste na utilização de grandes extensões de terra, em monocultivo que requerem alta tecnologia, mecanização, irrigação, uso intensivo de agrotóxicos e adubos químicos de síntese química, sementes e organismos transgênicos.

9 Promover impactos qualitativos e quantitativos nos assentamentos; permitir tornar-se um pólo irradiador e de difusão de práticas ambientais sustentáveis; localizarem-se em áreas estratégicas para a expansão da luta pela terra e na terra; potencializar a integração dos sistemas ecológicos locais e territoriais; basear-se em experiências de participação ativa entendendo a participação como um processo de apoderamento e autonomia do pequeno produtor, frente à dominação dos processos produtivos oriundos da revolução verde. (CONCRAB, 2004)

10 Construir uma espinha dorsal de uma proposta participativa de geração e validação de conhecimentos científicos e tecnológicos para os segmentos marginalizados e empobrecidos do meio rural, condizentes com as propostas definidas em programas como o Fome Zero. (CONCRAB, s/d.p.2)

#### Referências

- ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1998. 110p.
- ANA. Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades. **Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro: 2007. 283 p.
- BORGES, Juliano I. MST: Do produtivismo a agroecologia. In: **I Seminário nacional sociologia & política**. UFPR, 2009.
- CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. In: **Agroecologia e desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre: v.3, n°3, jul./set. 2002.
- Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. **Cadernos de cooperação agrícola n° 1**. Uma concepção de desenvolvimento rural. São Paulo: 1993.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos de cooperação agrícola n° 10**. O que levar em conta para a organização do assentamento. São Paulo: 2001. 27p.
- \_\_\_\_\_. **Plano nacional de florestas em áreas de reforma agrária**. Brasília: 2005. 5p.
- \_\_\_\_\_. **A concepção da rede de pesquisa tecnológica em agroecologia da reforma agrária**. Brasília: s/d, 8p.
- \_\_\_\_\_. **Os desafios da produção e a organicidade do setor**. São Paulo: 2001. 7p.
- \_\_\_\_\_. **Elementos para a construção de programa ambiental para reforma agrária**. Brasília: 2004. 15 p.
- \_\_\_\_\_. **Organismos transgênicos e a posição do MST**. São Paulo: 1999. 7p.
- CORRÊA, Ciro E.; MONTEIRO, Denis. O MST e a campanha sementes patrimônio dos povos a serviço da humanidade. **Revista Agriculturas**, v. 1. n°1, Rio de Janeiro: AS-PTA, p. 40-43, nov. 2004.
- CORRÊA, Ciro E. O MST em marcha para a agroecologia: uma aproximação à construção histórica da agroecologia no MST. **Seminário nacional modelo produtivo e matriz tecnológica no MST**. 2006.
- COSTA, Manoel B. Baltasar da. Agroecologia: uma alternativa viável às áreas reformadas e à produção familiar. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. p.53-68, jan./abr. 1993.
- COSTA Neto, Conrobert; CANAVESI, Flaviane. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à "reforma agrária agroecológica" no Brasil? . **Ecología política**. naturaleza, sociedad y utopía. héctor alimonda. 2002.
- CLACSO. 2002. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ecologia/costa.pdf> . Acesso

- em: 16 jul. 2010.
- DAL CHIAVON, Francisco. As perspectivas da agroecologia nos assentamentos São Domingos, Eldorado e Bela Vista-MST/BA. Monografia (Tecnologia em Agroecologia), UFPR/ELLA. Lapa: 2010.
- EMMANUELA, Karla. Programa ambiental do MST para a reforma agrária: elementos para a sua construção. In: **Agrobiodiversidade e diversidade cultural**. Brasília: MMA/SBF, 2006. 82 p.
- GIULIANI, Gian M. O Movimento dos trabalhadores rurais sem terra e a questão ecológica. **Revista Universidade Rural – Série Ciências Humanas**, Rio de Janeiro: UFRRJ, Vol. 19/21, n. 1-2, pg. 60-84, 1998.
- GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3° ed., Porto Alegre. ed. UFRGS 2005. 653 p.
- LUZZI, Nilsa. O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais. Tese (Doutorado em Ciências) CPDA-UFRRJ. Rio de Janeiro: 2007.
- MELLO, Dario Fernando Milanez de. **Agroecologia e educação: ações pedagógicas do Movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST**. Florianópolis: 2006.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Carta do V Congresso Nacional do MST**. Brasília, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos de formação n° 23**. Programa de reforma agrária. São Paulo: 1995. 28 p.
- \_\_\_\_\_. **Setor de Educação. Plantando seremos milhões**. São Paulo: 1999. 26p.
- \_\_\_\_\_. **Relatório da reunião do grupo de trabalho sobre meio ambiente e transgênicos**. Brasília: 2001
- \_\_\_\_\_. **Seminário sobre concepção e ações em agroecologia no MST**. São Paulo: 2005. 9 p.
- PINHEIRO MACHADO, Luiz Carlos. **Pastoreio racional voisin: tecnologia agroecológica para o terceiro milênio**. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2004. 312 p.
- REIJNTJES, Coen. **Agricultura para o futuro: uma introdução à agricultura sustentável e o baixo uso de insumos externos**. trad.: John Cunha Comerford.-Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994.
- RIBAS, Clarilton E.D.C.; ALMEIDA, Fernanda S. de.; KOROUSE, Aline. **Agroecologia: o ensino de pós-graduação vinculado aos camponeses e à luta pela reforma agrária**. Universidad de la República del Uruguay. 2009.
- SEVILLA Gúzman, Eduardo. A perspectiva sociológica em agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**. Porto Alegre: v.3, n°1, , jan./mar. 2002.
- SOUZA, Maria Antonia de. As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST. Tese (Doutorado em Educação) Unicamp-SP. Campinas: 1999.
- VIGNATTI, Marcilei A.P. De “coisa de pequeno burguês” para um debate relevante: a trajetória ambiental do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) 1984/2004. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental) UCB, Brasília DF: 2005.
- VALLOZER, Márcia R.; EID, Farid. Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária: a sobrevivência de cooperativas do MST na economia capitalista. **Anais 2º Congresso Brasileiro extensão universitária**. Belo Horizonte: 2004.
- VAN DER Weid; JEAN Marc. Entrevista. **Revista Agricultura Sustentável**, Jaguariúna, v.1, n. 1, p. 7-9, jan./abr. 1997.